



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,
raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Relações Patriarcais de gênero, sexualidade, raça e etnia

**TRABALHO, EMPREGABILIDADE & DIVERSIDADE:
REFLEXÕES ACERCA DOS ACHADOS NO GOOGLE ACADÊMICO E NO DIRETÓRIO DOS
GRUPOS DE PESQUISA DO CNPQ¹**

BRUNA ANDRADE IRINEU²

JOSILEY CARRIJO RAFAEL³

RESUMO:

Usando o *Google Acadêmico* e o Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, este estudo mapeou a produção acadêmica sobre empregabilidade LGBTI+, PCD e inclusão racial. A pesquisa identificou uma lacuna na produção sobre inclusão racial e LGBTI+ e, também, verificou que o termo "inclusão laboral", geralmente atrelado ao receituário neoliberal, tem tido maior atenção nas linhas de pesquisa da academia brasileira.

Palavras-chave: Trabalho; Empregabilidade; LGBTI+; PCD; Inclusão racial.

ABSTRACT:

This study used Google Scholar and the CNPq Directory of Research Groups to map academic production on LGBTI+ employability, PCD and racial inclusion. The research identified a gap in the production of academic literature on racial inclusion and LGBTI+. Additionally, it was found that the term "labour inclusion," which is typically associated with the neoliberal prescription, has received greater attention in the research conducted by Brazilian academics.

Keywords: Labor; Employability; LGBTI+; PCD; Racial inclusion.

¹ Agradecemos ao CNPq e a FAPEMAT pelo fomento aos projetos de pesquisa e extensão, cujos resultados parciais originaram esse texto. Nosso agradecimento também as bolsistas de extensão E. C. de Oliveira e M. F. M. de Oliveira pelo apoio no levantamento realizado no *Google Acadêmico*.

² Universidade Federal de Mato Grosso

³ Universidade Federal de Mato Grosso

INTRODUÇÃO

As transformações no mundo do trabalho que marcaram as últimas décadas do século XX e deram o tom das relações que se desenvolveram no século atual, são marcadas por características complexas, que trouxeram novos rumos e sentidos para a classe trabalhadora. Inúmeros são os fatores que podem ser analisados, dentre eles as mudanças do modelo produtivo, a intensificação de absorção na chamada era dos serviços, os rebatimentos das transformações decorrentes dos avanços tecnológicos, a crescente migração de trabalhadores e trabalhadoras para países supostamente ricos e desenvolvimentos, a desregulamentação e perdas de direitos trabalhistas, dentre tantos outros. Assim, nota-se o debate que emerge de organismos internacionais que envolve a noção de “trabalho decente”, a qual tem conexão com os princípios que vêm sendo defendidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Para que possamos analisar a complexidade e contraditoriedade deste termo, há que se destacar nossa concepção teórica e política acerca das condições de emprego na sociabilidade regida pela lógica do capital. Ela é fundamentada na crítica marxiana, que nos permite desvendar a essência das tramas obscurecidas pela tese da liberdade e da igualdade, particular do Estado Moderno, sob a égide do Modo de Produção Capitalista (MPC). É a universalização da liberdade e da igualdade que possibilita a reorganização da sociedade de classes, nos termos do que temos até a atualidade, de um lado os que detêm os meios de produção, do outro, os que possuem exclusivamente a força pessoal e individual do trabalho.

É a venda da força de trabalho em troca do chamado salário, com objetivo de garantir a existência e a vida, que faz com que a classe trabalhadora se constitua como tal. Assim, temos na lei do valor, na análise do salário, nas condições de trabalho e nos instrumentos normativos que regulamentam os contratos de trabalho, alguns dos elementos que nos possibilitam compreender como nós, a classe trabalhadora, temos conseguido avançar ou retroceder diante das transformações societárias que marcam as condições de vida e de existência no marco temporal apontado anteriormente.

Feito este preâmbulo, cabe destacar que este texto resulta do desdobramento do projeto de pesquisa intitulado “Diversidade, Sentidos do Trabalho e Redes Sociais: reputação digital e circulação da agenda *ESG* (*Environmental, Social and Governance*) no *LinkedIn*”. Com objetivo de apresentar os resultados parciais da revisão integrativa no *Google Acadêmico*, com objetivo de

sustentar teórico-metodologicamente a produção do material que será o resultado do projeto de extensão supracitado.

Entendemos a revisão integrativa, em diálogo com Souza et. al. (2010), como uma revisão de literatura de ampla abordagem, que oportuniza incluir estudos dos mais diversos níveis, visando a compreensão da temática analisada a partir de propósitos previamente definidos através de conceitos e revisões de teorias e resultados evidenciados nesses estudos levantados. Essa amostra precisa constituir um panorama consistente dos conceitos de interesse do estudo, demonstrando especialmente a complexidade das teorias e problemas relacionados à temática da pesquisa.

1. A CATEGORIA TRABALHO ENQUANTO ELEMENTO PARA UMA ANÁLISE CRÍTICA DA EMPREGABILIDADE

Na atualidade, temos um considerável número de estudiosos que têm se dedicado a analisar o mundo do trabalho e os desdobramentos do Século XXI, particularmente pesquisadores que seguem as pistas emblemáticas de Marx e Engels, que marcaram o Século XIX e que nos proporcionam até os dias atuais uma interpretação crítica das relações regidas pelo MPC.

Marx e Engels encontraram-se de fato com a classe trabalhadora em seu processo de formação, mas por certo não a inventaram, como também não poderiam ter inventado uma categoria de análise que já estava presente no vocabulário da época e na consciência daquele grupo social com o qual se identificariam politicamente. No entanto, elaboraram um conjunto de análises e um método de entendimento das sociedades humanas em sua dinâmica histórica que tiveram na categoria "classes sociais" um de seus alicerces fundamentais (Mattos, 2019, p.21).

Dito isso, afirmamos que nossa análise sobre o atual quadro de empregabilidade, com enfoque na questão da diversidade de absorção do mercado de trabalho, coaduna com as análises compromissadas a desvendar as contradições que são fundadas ou reafirmadas na sociedade marcada pelas lutas de classe. Na esteira da trilha sintetizada por Mattos (2019) ao diagnosticar o legado de Marx e Engels.

Conforme já anunciado, a definição de trabalho decente foi cunhada pela OIT, precisamente em 1999, integrando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Está assentada no compromisso de "promover oportunidades para que homens e mulheres obtenham um trabalho produtivo e de

qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas”⁴. Essa concepção expressa a síntese dos objetivos estratégicos definidos pela OIT, sendo eles:

1. o respeito aos direitos no trabalho, especialmente aqueles definidos como fundamentais (liberdade sindical, direito de negociação coletiva, eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação e erradicação de todas as formas de trabalho forçado e trabalho infantil);
2. a promoção de emprego produtivo e de qualidade;
3. a ampliação da proteção social;
4. e o fortalecimento do diálogo social (OIT, 1999).

A referida concepção se espalhou para os estudos sobre as relações de trabalho e serviram como referência nas últimas décadas. Ainda que passiva de críticas e problematizações, é fundamental reconhecer que um parâmetro mínimo para as condições de trabalho foi delineado pelos organismos internacionais, num contexto de intensificação dos processos de flexibilização decorrentes da reestruturação produtiva, em movimento constante, cuja face atual pode ser caracterizada pela plataformização do trabalho.

Grohmann e Graham (2023) abordam a possibilidade de efetivação do trabalho decente assimilando tal conceito com o que denominam como “trabalho justo”. A diferenciação está assentada na atualização das novas configurações de relações de trabalho, determinada pelo crescente uso das plataformas como mediação para inserção de pessoas em postos de trabalho, nas mais diversas modalidades e funções. Ampliando a concepção que marcou o contexto brasileiro, notadamente influenciado pela expansão da Uber e do Ifood nos números de trabalhadores. Os pesquisadores estão envolvidos com o projeto *Fairwork*, coordenado pela Universidade de Oxford, com objetivo de pautar e analisar o trabalho justo e decente realizado por trabalhadores de plataformas, tanto aqueles que realizam suas atividades na rua quanto os que atuam em seu próprio domicílio. O objetivo é certificar empresas que atuam nas garantias dos direitos e diretrizes elaborados pelo *Fairwork*, que estão em consonância com os princípios defendidos pela OIT ao estabelecer sua concepção de trabalho decente em 1999.

A iniciativa do *Fairwork* é um dos inúmeros exemplos que surgem na direção de humanizar o capitalismo e promover relações de trabalho supostamente mais justas e dignas para as pessoas que contam tão somente com a venda da força de trabalho para saciar as necessidades básicas. O foco da análise e da intervenção não está no crescente desemprego global, mas sim, na criação de mecanismos que tornem os processos de trabalho, ainda que juridicamente

⁴ Concepção extraída do site da OIT: <https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-decente/lang-pt/index.htm>



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

desregulamentados, mais justos com o contingente de trabalhadores e trabalhadoras que têm na plataformização uma alternativa concreta para a remuneração.

Iniciativas que buscam humanizar as relações de trabalho devem ser compreendidas com a devida contradição que expressam. No entanto, a agudização das condições de vida da classe trabalhadora tem imposto a urgente necessidade de implementação de mecanismos que possam atenuar as renovadas estratégias para exploração da força de trabalho. Isso fica evidente no chamamento ético-político que os resultados da pesquisa de Antunes (2018) nos mostram, onde o autor aponta que as condições atuais de trabalho remonta a uma espécie de “privilegio da servidão”, ou seja, num contexto de amplo e estrutural desemprego, as pessoas que conseguem se inserirem em espaços remunerados, independentemente das condições para desenvolvimento do seu trabalho e obtenção de alguma renda, podem ser tidas como privilegiadas, pois a realidade tem evidenciado cada vez mais o aumento de sobrantes. O privilégio em servir é tido quase como um prêmio de consolação. Nesse bloco, alguns grupos sociais acabam sendo os mais prejudicados, com destaque para a população negra, mulheres, pessoas com deficiência, LGBTQIAP+, e outros.

A configuração desse inóspito mercado, deve ser compreendida como renovação dos velhos arranjos que sempre marcaram as relações de trabalho. Cujas intensidade da exploração não é tipicamente própria do que Antunes (2023) denomina como “uberização do trabalho”, mas sim, como somatório dos processos que marcaram as diferentes transformações pela quais as relações de contratação e exploração foram sendo engendradas, apontadas pelo autor como semelhantes, mas também como singulares, dentre elas a “walmartização do trabalho”, a chamada “mcdonaldização” dos serviços, o modelo “toyotista”, etc.

A pesquisa de Cavalcanti (2021, p.218) contribui para a análise do mundo do trabalho e as questões que envolvem o conceito de empregabilidade. O autor defende que os supostos direitos trabalhistas estão voltados a reger as condições de exploração da mão de obra, na mesma direção, a inefetividade dos direitos humanos, produto da “cínica narrativa das democracias liberais”, promoveram o chamado “sub-humanos”, pois “os direitos humanos assegurados aos não humanos são a liberdade escassa, a propriedade de bem nenhum, a educação da ideologia hegemônica, o trabalho precário, a destruição do ambiente e a paz de guerras constantes”. As instigantes elaborações de Cavalcanti (2021) apresentam mediações criativas para analisarmos a promessas civilizatórias que parecem terem se esgotado com as transformações que afetam nosso dia a dia, especialmente grupos sociais que historicamente são tidos como alvos do



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

conservadorismo, da tirania autoritária, das perseguições religiosas e conseqüentemente do higienismo opressor do mercado de trabalho.

No campo crítico, as elaborações acerca da empregabilidade não são otimistas, não só pelas posições anticapitalista e pela dinâmica própria da unidade exploração-opressão, mas em razão das transformações que não potencializam a vida da classe que vive do trabalho, que têm minado as esperanças e a organização política de trabalhadores e trabalhadoras. É na contramão do pessimismo que as ações do nosso projeto que envolvem pesquisa e extensão, esboçados na introdução do capítulo, buscam percorrer, desbravando novos caminhos, reinventando velhas estratégias e apoiando-se em experiências exitosas que precisam ser revisitadas. Nessa direção, os autores mencionados neste tópico corroboram com nossa convicção, só a luta transformará a atual realidade, a organização por meio de sindicatos, cooperativas, associações, e toda e qualquer ferramenta de potencialização do poder popular. Para que processos de contratações, gerações de emprego, inserção em espaços de renda, possam se ampliar com a garantia e razoabilidade salarial, contemplando a diversidade. Assim, entendemos que outras alternativas estruturais e radicalmente transformadoras poderão ser traçadas e galgadas.

II. A BUSCA NA BASE DE DADOS DO GOOGLE ACADÊMICO

Para esse levantamento usamos como ferramenta o *Google Acadêmico*, buscando pelas palavras-chave “empregabilidade LGBT”, “empregabilidade PCD” e “empregabilidade e inclusão racial”. Durante o processo, selecionou-se os textos que compuseram o corpus de análise, observando os temas e resumos das produções.

Como demonstra o Gráfico 1, obtivemos um total de 116 documentos bibliográficos, que vão variar entre artigos, dissertações, teses, monografias etc. Dentre esse total, 33 tratam do debate sobre empregabilidade e inclusão racial; 37 sobre empregabilidade LGBTI+; e 46 abordam o tema da inclusão PCD. O resultado surpreende já que tínhamos como hipótese a idade de que o tema da inclusão racial se sobressairia em relação a empregabilidade LGBTI+.

No entanto, é provável que se fosse utilizar os descritores “racismo no trabalho”, “LGBTIfobia no trabalho” e/ou “capacitismo no trabalho” iremos encontrar uma paisagem na qual o tema racismo se destacasse numericamente em relação aos demais, pelo fato de que o racismo se constitui crime no Brasil há mais tempo que a LGBTIfobia, enquanto o termo capacitismo figura muito recentemente por nosso vocabulário acadêmico e ativista.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social



Fonte: Google Acadêmico

Em relação a geopolítica dessa produção teórica, o Gráfico 2 refere-se aos achados sobre empregabilidade racial, PCD e LGBTI+ de maneira agregada. Nota-se, portanto, que São Paulo se destaca nos três temas, apresentando o maior número de textos, seguido dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

A região Norte, seguida da Centro-Oeste, são as que apresentam os menores números de produção agregada. Nos estados do Norte encontrou-se apenas 1 texto pertencente ao estado do Tocantins, relacionada ao tema “empregabilidade LGBTI+”, enquanto nos demais estados e temáticas não se evidenciam produção. No Centro-Oeste, Mato Grosso não apresenta achados, logo, destaca-se aqui a ausência de produção identificada justamente no estado ao qual este estudo, financiado pela FAPEMAT, está localizado, justificando assim a relevância do projeto em andamento.



Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social



Fonte: Google Acadêmico

Outro elemento que pode ser destacado no Gráfico 2, é o fato de que nem todo estado que apresenta alguma produção, a demonstra nos três temas. Mato Grosso do Sul, Pará e Goiás só apresentam produção sobre inclusão PCD; e o Piauí sobre empregabilidade LGBTI+ por exemplo. Neste âmbito, deve-se considerar as assimetrias regionais na produção de conhecimento brasileira, especialmente em razão de termos uma maior concentração de Programas de Pós-Graduação, com cursos de Mestrado e Doutorado, nas regiões Sudeste e Sul.

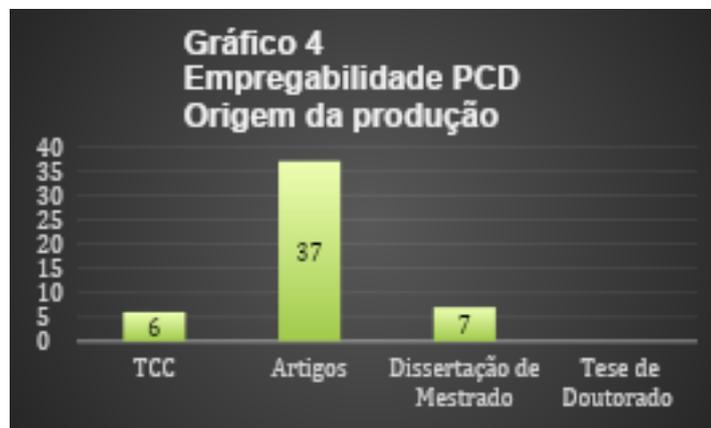




Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social



Fonte: Google Acadêmico, 2023.

A origem dessa produção teórica se distingue e se diversifica quando observamos comparativamente os três temas. Algo que deve ser considerado, é fato de que o *Google Acadêmico* não apresenta vinculação direta com o Banco de Teses e Dissertações da CAPES, o que nos leva a compreender que é possível ampliarmos o número dessas produções realizando um levantamento também nessa base de dados.

Quanto à distinção numérica entre os temas, acreditamos que o número maior de produções sobre empregabilidade PCD ocorra em razão de existir um amparo legal na inclusão PCD no mercado de trabalho, que é o caso da Lei 8.213/1991, o que torna essa discussão com possibilidade avaliativa maior que as demais, já que as ações afirmativas raciais em concursos são bem mais recentes. A esse respeito, cabe dizer que o debate sobre a afirmação de uma nova compreensão sobre a questão da deficiência ocorre a partir da década de 1980, o que conforme De Souza e Queiróz (2023), significou disputas por nomeação de expressões mais sintonizadas

com o conteúdo ético e político formuladas no interior do movimento PCD. As mobilizações desse período foram decisivas para a incorporação do tema da deficiência em distintos dispositivos da Constituição Federal de 1988, expressando nos planos legal e normativo, "*a igualdade de direitos e as questões relacionadas com discriminação, autonomia, acessibilidade, trabalho, transporte, prevenção habilitação e reabilitação, direito à informação, educação básica e profissionalizante*" (p. 99), mas, principalmente a participação na vida pública.

III. EMPREGABILIDADE E DIVERSIDADE NO BRASIL A PARTIR DOS DADOS DO DGP/CNPq

Em uma busca no Diretório Nacional dos Grupos de Pesquisa (DGP) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através dos descritores: "empregabilidade", "inclusão laboral", "inclusão no trabalho", "trabalho e diversidade" e "inclusão produtiva", identificamos apenas três grupos que apresentam esses termos, seja em suas descrições gerais ou de linhas de pesquisa ou em suas palavras-chave.

As Figuras 1 e 2 demonstram os achados, em que "inclusão laboral" e "inclusão no trabalho", enquanto a Figura 3 apresenta os grupos encontrados com o descritor "inclusão produtiva".

**Figura 1 – Grupos de Pesquisa registrados no CNPq
Empregabilidade**

Consulta Parametrizada



INSTITUIÇÃO	GRUPO	DATA DE CRIAÇÃO DO GRUPO	ÁREA PREDOMINANTE
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Grupo de Estudos de Criminalidade – GECRIM	12/12/2022	Ciências Sociais Aplicadas
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso	Sistemas embarcados para agricultura de precisão e Planejamento Energético	30/01/2023	Engenharias

Total de registros: 2

Fonte: DGP/CNPq, 2023

O termo "empregabilidade" se apresenta nas palavras-chave de dois grupos no DGP/CNPq, sendo um deles vinculado a área de Ciências Sociais Aplicadas e o outro as

Engenharias. Suas instituições de vínculo estão no Paraná e no Mato Grosso, sendo uma delas uma instituição estadual e a outra federal. Ambos os grupos possuem menos de 01 ano de existência no período em que essa coleta de dados fora realizada (outubro/2023), demonstrando que o uso da noção de empregabilidade é mais recente do que outras que utilizamos como descritores.

**Figura 2 – Grupos de Pesquisa registrados no CNPq
Trabalho & Diversidade**



Consulta Parametrizada

INSTITUIÇÃO	GRUPO	DATA DE CRIAÇÃO DO GRUPO	ÁREA PREDOMINANTE
Universidade Federal de Santa Catarina	LIOP - Profissão, Carreiras e Projetos de Vida	01/06/2023	Ciências Humanas

Total de registros: 1

Fonte: DGP/CNPq, 2023

O descritor “trabalho e diversidade” foi encontrado em 01 grupo de pesquisa, vinculado a uma instituição federal de ensino superior, localizada na região Sul, estado de Santa Catarina. Também criado em 2023, o grupo se vincula à área de Ciências Humanas.

Já a Figura 3, apresenta os resultados para a busca com o descritor “inclusão produtiva” no DGP/CNPq. Foram encontrados 10 grupos de pesquisa, que possuem o termo em sua descrição, linhas de pesquisa e/ou palavras-chave. Em relação às áreas de conhecimento, as Ciências Sociais Aplicadas aparecem com maior número (03), seguida das Ciências Humanas e das Ciências Agrárias (02), enquanto Engenharias, Ciências Exatas e da Terra, Outra área aparece cada uma com 01 grupo vinculado. Regionalmente, três (03) se concentram na região Sul e no Nordeste do país, enquanto no Sudeste encontram-se dois (02) grupos. Centro-oeste e Norte aparecem com um (01) cada.

**Figura 3 – Grupos de Pesquisa registrados no CNPq
Inclusão Produtiva**



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

Consulta Parametrizada

INSTITUIÇÃO	GRUPO	DATA DE CRIAÇÃO DO GRUPO	ÁREA PREDOMINANTE
Universidade Federal de Alagoas	Centro de Estudos em Ecodesenvolvimento, Ruralidades e Gestão (CEERG)	19/03/2023	Outra
Universidade Federal de Pelotas	Grupo de Avaliação de Políticas Públicas e Programas Sociais	12/04/2023	Ciências Sociais Aplicadas
Instituto Federal do Piauí	Grupo de pesquisa e Estudos em Educação, Meio Ambiente, Inclusão e Políticas Públicas (GEMAIPP)	12/09/2023	Ciências Sociais Aplicadas
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	N@melab Novos Ambientes para Educação em Inovação e Sustentabilidade	18/10/2022	Ciências Humanas
Universidade do Estado de Mato Grosso	Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial: Alto Paraguai	14/09/2023	Ciências Agrárias
Instituto Federal do Maranhão	Núcleo de pesquisa em Maricultura – NUMAR	07/08/2023	Ciências Agrárias
INSTITUTO FEDERAL DO PARANA	Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Educação a Distância – NIPEAD	01/06/2023	Ciências Humanas
Centro Universitário Eurípedes de Marília	REDDE-Reconhecimento dos Vulneráveis e Direito ao Desenvolvimento na Era Digital	14/12/2022	Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná	Rede de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia Assistiva	30/08/2023	Engenharias
Universidade Federal do Amazonas	Sistemas Inteligentes	20/10/2023	Ciências Exatas e da Terra

Total de registros: 10

Fonte: DGP/CNPq, 2023

Desta forma, observa-se que há um amplo número de grupos de pesquisa com linhas de pesquisa sobre inclusão laboral se comparado a busca com os descritores trabalho & diversidade e empregabilidade. Os grupos de pesquisa que utilizam o termo “inclusão laboral” apresentam



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

uma gama mais diversa de áreas de conhecimento a que se vinculam, o que nos parece estar relacionado ao fato do termo circular academicamente há mais tempo em relação aos demais.

O uso do conceito de "inclusão laboral", também significa o fortalecimento do receituário neoliberal, mesma base ideopolítica do empreendedorismo cuja circulação se tornou profundamente conectada com o avanço do ultraliberalismo. O empreendedorismo circula hoje, se apresentando como (única) alternativa de resposta para o desemprego e estratégia de empregabilidade, sob o mote: "sou dono do meu horário, sou meu próprio chefe". O marketing do empreendedorismo aparece articulado tanto nas possibilidades de obtenção de renda nos espaços de trabalho plataformizado, quanto em estratégias decorrentes das reformas trabalhistas, ao exemplo do MEI. Em outros termos, o "empresariamento da vida", como afirma Ambrózio (2018), são táticas gerencialistas que afetam os processos de subjetivação contemporâneos inerentes ao neoliberalismo e ao capitalismo em sua face atual.

Conclusões

O estudo, ainda em fase exploratória, irá avançar nas etapas da revisão integrativa, para que se analise também o conteúdo dessa produção. Além disso, é preciso verificar se há nessas produções levantadas, há algum elemento que nos indique a relevância ou conexão das estratégias ESG no âmbito e efeito dessa "inclusão laboral". Para tal, deve-se considerar experiências organizativas como aquelas articuladas às lutas sindicais e ao cooperativismo, por exemplo, as quais se relacionam com uma perspectiva de emancipação da classe trabalhadora na contramão dos processos de subjetivação neoliberal (BROWN, 2019).

Desse modo, mediante o atual agendamento neoliberal das demandas por diversidade no trabalho, é preciso uma analítica cuja posição política se apresente radicalmente anticapitalista. Não apenas por parte da análise produzida nesse estudo e no desenvolvimento do projeto de extensão, mas em especial, por parte dos coletivos e movimentos sociais que ocupam papel de destaque no século XXI, como movimento negro, feminista, LGBTI+, pessoas com deficiência, povos indígenas, etc. Entendendo assim, que as estratégias de empregabilidade não se encerram em si mesmas, mas podem se constituir em caminhos para construção de uma massa de consciência que venha se organizar por transformações mais radicalizadas, na direção da emancipação humana.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Referências

AMBRÓZIO, Aldo. **Empresariamento da vida**: a função do discurso gerencialista nos processos de subjetivação inerentes à governamentalidade neoliberal. Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e (des)valor no capitalismo de plataforma: três teses sobre a nova era de desantropomorfização do trabalho. *In*: ANTUNES, Ricardo (Org). **Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais**. São Paulo: Boitempo, 2023.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. Trad. de Mario Antunes Marino e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Politeia, 2019.

CAVALCANTI, Tiago Muniz. **Sub-humanos: o capitalismo e a metamorfose da escravidão**. São Paulo: Boitempo, 2021.

DE SOUZA, Joseane; QUEIRÓZ, Imar Domingos. Da deficiência como limitação corporal à deficiência como opressão: a dimensão educativa das lutas e dos movimentos empreendidos pelas pessoas com deficiência. *In*: IRINEU, Bruna Andrade; SOUZA, Victor Hugo de Souza; AMARAL, Ayrton Senna Seraphim. (Org). **Saberes e aprendizagens interseccionais**: educação, diversidade e resistências. Cuiabá-MT: EdUFMT, 2023. pp. 87-109.

GROHMANN, Rafael. Plataformização do Trabalho: características e alternativas. *In*: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

GROHMANN, Rafael. Plataformas controladas por trabalhadores. *In*: ANTUNES, Ricardo (Org). **Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais**. São Paulo: Boitempo, 2023.

GROHMANN, Rafael & GRAHAM, Mark. É possível trabalho decente em plataformas digitais? *In*: NEXO Políticas Públicas. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2021/%c3%89-poss%c3%advel-trabalho-decente-em-plataformas-digitais>

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo**. São Paulo: Boitempo, 2019.

SOUZA, M. T. DE .; SILVA, M. D. DA .; CARVALHO, R. DE .. Integrative review: what is it? How to do it?. **Einstein** (São Paulo), v. 8, n. 1, p. 102–106, jan. 2010.